

OS MENESES DE CANTANHEDE E O PROJECTO MANUELINO

TERESA LACERDA
CHAM

O comportamento familiar dos Meneses de Cantanhede foi em muito representativo duma época e das relações de poder entre a nobreza e o rei. Servidores em cargos militares e palatinos, encontraram-se muitas vezes nesse limbo do particular e do privado, da política racional e das paixões do monarca, dissociáveis nos nossos dias, inseparáveis no tempo de então.

Pretende-se, portanto, redescobrir estas personagens sob um mote da historiografia contemporânea, posicionando-os no «projecto imperial manuelino»¹. Para tal, socorremo-nos de três geografias, às quais correspondem três nomes.

1. O Reino segundo D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede

D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Cantanhede, introduz-nos no espaço da corte e nos lugares de acção da nobreza titular. Apesar da fraca presença que imprimiu na memória, supomos que este D. Pedro funcionou como chefe da casa no Reino, exercendo a influência do seu título. De facto, segundo deixam transparecer as crónicas e restante documentação, ele funcionou sempre como referência de parentesco, o que nos permitiu posicionar os restantes membros da família na sua frondosa árvore genealógica.

O momento áureo da vida de D. Pedro dá-se quando, seguindo a lógica da sua condição, acompanhou o rei D. Afonso V na jornada a Castela. Na batalha do Toro é mencionado entre os nobres que acompanhavam o príncipe D. João². Os resultados desta campanha na vida pessoal de D. Pedro fazem-se sentir, logo em Março de 1476, quando D. Afonso V usou da sua liberalidade ao doar-lhe o morgado de Cantanhede e o padroado de Melres, que

¹ Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manueline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 35-103.

² Cf. Rui de Pina, *Crónica do Senhor Rey D. Affonso V*, Porto, Lello e Irmão, 1977, cap. CXC.

foram mais tarde confirmados por D. Manuel³. Estavam, assim, criadas as condições para que, no ano de 1497, fosse feito conde⁴, a cujas qualidades inerentes se juntava uma renda de 102 mil reais⁵.

Não se deve desprezar, contudo, o prestígio que D. Pedro já deveria possuir antes do título. Mais do que não fosse pela determinante herança familiar. Apesar dos Meneses de Cantanhede terem, numa primeira instância apoiado o Infante D. Pedro⁶, encontramos-os no lado certo de Alfarrobeira, o que permitiu que o avô do conde, D. Fernando de Meneses, visse acrescentadas as suas posses e o prestígio social do clã que liderava⁷. As consequências destas benesses recaíram sobre D. Pedro, que pela morte de seu pai herdou toda a casa de D. Fernando, apesar das disputas de seu tio D. Telo⁸.

Outros indicativos de prestígio podem ser considerados, nomeadamente, o seu casamento com D. Leonor de Castro, filha do 1.º conde Monsanto, cujo contracto data de 1466⁹. Assim, treze anos antes de lhe ser concedido o título, D. Pedro conseguiu para a sua família um laço com uma casa titular. Refira-se que era a primeira de muitas.

No ano de 1475, novamente através do consórcio, alcançou nova proeza ao unir-se a D. Beatriz Soares, viúva do marechal D. Álvaro Coutinho¹⁰. Esta união proporcionou aos filhos deste seu segundo casamento uma ligação directa com D. Fernando Coutinho, marechal que morreu em Calecut, em 1509, de quem eram meios-irmãos. Outra influência importante, que determinará o futuro dos Meneses na Índia, advém deste casamento, já que D. Beatriz era irmã de Lopo Soares de Albergaria¹¹.

³ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 28.º, fl. 99 v.

⁴ Cf. Teodósio de Santa Marta, *Elogio histórico da casa de Cantanhede*, Lisboa, Officina de Manoel Soares Vivas, 1751, pág. 263.

⁵ A 15 de Julho de 1480 D. Afonso V passou-lhe uma carta de assentamento com o título de conde, assim como uma tença de 102 mil reis. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32.º, fl. 152.

⁶ D. Fernando de Meneses, avô do conde, acompanhou D. Pedro às cortes de Coimbra de 1439, mostrando-se favorável ao infante durante as lutas da regência. Cf. Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira*, vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1980, p. 882. O próprio pai de D. Pedro de Meneses, encontrava-se na lista dos que estiveram com o condestável D. Pedro e se homiziaram em Castela, sendo cavaleiro-fidalgo da sua casa. Cf. *Ibidem*, vol. I, pp. 362-364.

⁷ Como recompensa dos seus serviços em Alfarrobeira e pela sua prestação aos reis D. João I e D. Duarte, Afonso V deu-lhe todas as casas que João Vaz Brandão possuía em Coimbra, assim como as terras de Gestaço e Penarroia. Cf. *Ibidem*, vol. II, p. 882.

⁸ Cf. *Ibidem*, Vol. II, p. 883. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XII, part. I, Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1948, p. 280. (Doravante a obra será citada como *História Genealógica*.)

⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 28. A 3 de Novembro de 1471 confirma-se este contrato de casamento com D. Leonor. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 28.

¹⁰ Cf. Anselmo Braancamp Freire, *Brasões*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 328. (Doravante a obra será citada como *Brasões*.)

¹¹ Ver genealogia.

Não satisfeito com este primeiro laço com os Coutinhos, D. Pedro voltou a casar, já na condição de conde, com D. Guiomar¹², filha de D. Tristão, irmão do marechal D. Álvaro e de D. Vasco Coutinho, conde de Borba, a quem os Meneses de Cantanhede concederam a mão de D. Catarina, irmã do nosso conde. Dentro de apenas duas gerações, contabilizaram-se cinco uniões entre estas famílias¹³.

Menos tenaz é a política de casamentos com a casa de Vila Real que, no entanto, surtiu ainda duas alianças, uma delas entre D. Henrique de Noronha, filho do primeiro marquês de Vila Real com D. Maria de Meneses, filha do conde de Cantanhede, e uma segunda união que juntou D. Diogo de Noronha, também filho do marquês e D. Joana de Meneses, sobrinha de D. Pedro¹⁴.

As aparições episódicas nas crónicas, que depois de Toro se limitaram a pequenas tarefas cortesãs, fazem-nos pensar que o maior legado deste conde está na agilidade nupcial, de que acabamos de dar testemunho. Como chefe de família, deve-lhe ser atribuída a forma eficaz com que os Meneses se relacionaram com os demais membros da alta nobreza. Ainda assim, fazemos notar que os Meneses mantiveram influência ao nível do poder local, através de uma activa política de casamentos com alcaides-mores, o que se torna sintomático numa família que, no âmbito cronológico da nossa investigação, produziu apenas três alcaides¹⁵.

A conclusão a que o nosso estudo nos permite chegar, diz-nos que o maior legado do conde para o reinado de D. Manuel foi a sua prole, não só por ser muito numerosa (dezoito filhos entre legítimos e ilegítimos), mas porque muitos deles serviram em cargos nos lugares de África e no Oriente. Foram quase sempre agentes participativos na construção do que foi o Portugal de Quinhentos e, como tal, do «projecto manuelino».

Entre tantos filhos, apenas um, o primogénito, D. Jorge de Meneses parece ter embarcado numa espécie de desistência ao partir para Castela e lá realizar esponsais com a neta dos condes de Faria¹⁶. Sobre esta debanda para o país vizinho pouco se sabe. Apenas um nobiliário sugere um desentendimento entre o herdeiro da casa e o rei D. Manuel¹⁷. Certo é que D. Jorge

¹² Casou com D. Guiomar Coutinho a 11 de Maio de 1492. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 42, fl. 106 v.

¹³ Ver genealogia – Os Meneses de Cantanhede e os Coutinhos.

¹⁴ Ver genealogia.

¹⁵ Ver genealogia.

¹⁶ Cf. *Livro de Linhagens do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, [pref. de António Machado Faria], 1956, p. 107. (Doravante a obra será citada como *Livro de Linhagens*.); Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, Tomo II, vol. 2, Porto, Livraria Fernando Machado, s/d, p. 340. (Doravante a obra será citada como *Pedatura*.); *História Genealógica*, vol. X, p. 478.

¹⁷ «Foi grande servidor e Valido de ElRey D. Manoel sendo Duque de Beja e porque dispois de Rey o não tratou com a mesma familiaridade foi viver á Castella.» Cf. *Pedatura*, Tomo II, Vol. 2, p. 340

regressou ao Reino em 1518, após a morte do pai, para herdar a casa, mas não o título. Tudo indica que o desentendimento pessoal entre D. Jorge e o rei o terá prejudicado apenas a si, não havendo vestígio de outras inimizadas no percurso das demais figuras da família.

Ao estudarmos a alta nobreza não podemos deixar de ponderar sobre a importância dos cargos palatinos e no papel de quem os desempenhava¹⁸. Alguns desses cargos dão testemunho da simbiose perfeita que política e vida privada encontravam nos trâmites da corte. Para além disto, esta análise permite-nos abordar outros membros da família. Um olhar corrido pelos seus percursos pôs em evidência uma ligação muito forte entre os Meneses de Cantanhede e a casa da rainha.

O ofício de mordomo-mor da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, foi desempenhado por D. Fernando de Meneses, avô do conde, que o terá legado a seu filho D. Telo¹⁹ seguindo a lógica da corte quatrocentista ou, como escreve Rita Costa Gomes, «o próprio jogo de reprodução informal da sociedade cortesã [que favorecia] a circulação dos cargos no interior das mesmas parentelas.»²⁰

Para dar testemunho desta orgânica refira-se que também a mulher de D. Fernando serviu como dama da mesma rainha²¹, o que não é caso único já que também D. Rodrigo, irmão do conde de Cantanhede, assistiu a rainha D. Leonor conjuntamente com sua mulher D. Isabel de Azevedo²².

O reinado de D. Manuel parece ter constituído um interlúdio neste aparente «monopólio», o que pode constituir um indício de afastamento dos Meneses Cantanhede dos círculos da corte, ideia que se fortalece quando verificamos que no reinado do *Venturoso* esta família não exerceu nenhum cargo ligado directamente ao rei. No entanto, são de novo servidores da rainha D. Catarina, de onde se destacou D. Aleixo de Meneses, filho do conde, com o cargo de mordomo-mor²³. Nesta tarefa foi assessorado por sua prima D. Joana, filha do governador D. Henrique de Meneses, o *Roxo*²⁴.

Os Meneses de Cantanhede foram também servidores de príncipes. D. João, capitão de Arzila e irmão do conde de Cantanhede, cuja biografia vamos explorar um pouco mais à frente, foi guarda-mor do príncipe D. Afonso, o fatídico filho de D. João II²⁵. Exerceu funções semelhantes como governador

¹⁸ Ver Quadro – Os Meneses e os cargos palatinos.

¹⁹ Cf. *História Genealógica*, vol. X, p. 280.

²⁰ Cf. Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 217.

²¹ Cf. *Pedatura*, tomo II, vol. 2, p. 337.

²² Cf. *Pedatura*, tomo II, vol. 2, p. 356.

²³ Cf. *Brasões*, vol. II, p. 142. *História Genealógica*, vol. XII, p. 281.

²⁴ Cf. *Pedatura*, tomo II, vol. 2, p. 364.

²⁵ Cf. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila – Crónica Inédita do século XVI*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, [notas de David Lopes], 1919, cap. ii. (Doravante a obra será citada como *Anais de Arzila*.)

da casa do príncipe D. João, terceiro enquanto rei²⁶. Este mesmo monarca nomeou D. Aleixo, sobrinho deste capitão de Arzila, para aio do príncipe D. João, cargo que recusou para servir a rainha D. Catarina. O testamento do *Piedoso* contemplava-o como aio de D. Sebastião, função que desempenhou até à morte²⁷.

Esta foi, porventura, a melhor impressão que a família de Cantanhede deixou na História. Mesmo relativizando a influência dos cargos na moral e personalidade dos príncipes, tratam-se de importantes votos de confiança dos monarcas, entre os quais salientamos o de D. Manuel para com D. João de Meneses.

2. O Norte de África segundo D. João de Meneses

Esta personagem introduz-nos na segunda geografia do nosso estudo – o Norte de África. Mas, antes de avançarmos para este território, fazemos notar que D. João foi o célebre fidalgo que disputou a corrida com o príncipe D. Afonso, que o conduziu à morte²⁸. Com medo de represálias ou, somente, constrangido com o desaparecimento do príncipe, fugiu para Castela onde o próprio D. João II o mandou buscar²⁹. Este capitão de Arzila é assim figura de cinema, a quem Manuel de Oliveira dispensou alguns segundos de tela no prestigiado filme *Non ou Vã Glória de Mandar*.

Se em termos da história da curiosidade este é o elemento mais marcante da sua biografia, uma análise profunda revela que o Norte de África foi o espaço da sua verdadeira realização. Seguindo as leis do atrito, construiu-se através das suas vitórias contra os mouros, causa que nos séculos XV e XVI sempre foi ultra-monárquica e, como tal, nem sempre exigiu roturas entre soberanos. É com naturalidade que encontramos D. João de Meneses, capitão de D. Manuel I nos lugares de África, investido das mesmas qualidades no reinado do seu antecessor. Aliás, D. João II é o autor da nomeação de D. João de Meneses para capitão e governador de Arzila. Em Dezembro de 1495, a vitória que conseguiu contra o alcaide de Tetuão é já uma prestação sua ao novo rei de Portugal, o que exemplifica a perfeita continuidade dos serviços³⁰, atestada ainda pelo seu retorno a Arzila com o mesmo cargo em 1501³¹.

²⁶ Cf. *História Genealógica*, vol. V, p. 83. *Pedatura*, tomo II, vol. II, p. 359. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, [edição crítica de J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes], 1949, cap. xii. (Doravante a obra será citada como *Crónica*.)

²⁷ Cf. *Brasões*, vol. II, p. 142. *História Genealógica*, vol. XII, p. 281.

²⁸ Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional –

Casa da Moeda, [prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão], 1973, cap. cxxxii.

²⁹ Cf. *Pedatura*, tomo II, vol. 2, p. 359. *História Genealógica*, vol. V, p. 83.

³⁰ Cf. *Crónica*, vol. I, cap. xii.

³¹ Cf. *Crónica*, vol. I, cap. xlvi.

Nesses anos, dedicou-se sobretudo ao ataque às aldeias de Alcácer Quibir, para cuja acção requisitou o apoio de D. Rodrigo de Monsanto, capitão de Tânger³². Mais tarde, o capitão voltou a optar por uma acção concertada com outro agente da Coroa no Norte de África, encetando comunicações com o outro D. João de Meneses, o conde de Tarouca³³.

Sem surtirem maiores efeitos do que o fruto das pilhagens, estas acções foram substituídas por um ataque a Larache, estrategicamente organizado por mar, com o propósito de resgatar quatro caravelas portuguesas. O sucesso da missão fez saltar nas páginas da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* um rasgado elogio ao capitão de Arzila onde se voltou a sublinhar as suas qualidades militares³⁴.

A estes acontecimentos sucede um silêncio nas crónicas e demais documentação, o que pode corresponder ao regresso de D. João ao Reino e, provavelmente, às suas actividades palatinas.

Prosseguindo os seus objectivos de ataque ao rei de Fez, Mequinez e Marrocos, D. Manuel planeou uma nova intervenção, para a qual voltou a designar D. João de Meneses, que por esta altura é já referenciado como camareiro-mor do príncipe D. João. No ano de 1507, partiu com três caravelas e um navio de remos para as barras de Azamor, Salé e Larache para recolher informações logísticas³⁵. Depois de o fazer, D. João regressou ao Reino e transmitiu as suas impressões ao rei. Satisfeito com as perspectivas apresentadas, D. Manuel decidiu enviar uma armada a Azamor, confiando a D. João a capitania da empresa. Comandou nesta missão uma série de gente ilustre, entre os quais: D. Rodrigo de Melo, conde de Tentugal³⁶, D. Pedro, filho do conde de Penamacor, Luís da Silveira, que depois foi conde da Sortelha e D. João de Mascarenhas, capitão dos ginetes³⁷.

A 12 de Agosto de 1508 soaram os primeiros bombardeamentos à cidade, que respondeu de imediato com a artilharia. Mesmo sabendo que, em termos numéricos, os portugueses se encontravam em situação muito desvantajosa, D. João mandou desembarcar as suas tropas. Porém, como nem sempre os feitos heróicos superaram os efeitos da logística superior, D. João de Meneses viu-se obrigado a recuar, embarcando rumo ao estreito de Gibraltar, onde aproveitou para rejuvenescer a armada, tomando duas ou três fustas de

³² Cf. *Crónica*, vol. I, cap. xlvi.

³³ Cf. *Crónica*, vol. I, cap. lxx.

³⁴ Cf. *Crónica*, vol. I, cap. lxxxiii.

³⁵ Cf. Durval Pires de Lima, *Azamor – Os precedentes da conquista e a expedição do Duque Dom Jaime*, Imprensa Lucas, 1930, p. 23.

³⁶ Veja-se o trabalho de João Paulo Oliveira e Costa, «D. Rodrigo de Melo, conde de Tentugal, e suas redes de parentesco: dois modelos distintos de participação na Expansão», na presente obra.

³⁷ Cf. *Crónica*, vol. II, cap. xxvii. *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, 1.^a série (Dynastie Sa'Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), tomo I, Paris, 1934, p. 163.

Tetuão³⁸. Parte destas embarcações deixou-as em Alcácer, capitaneadas por seu sobrinho João Rodrigues de Sá de Meneses³⁹.

Seguiu-se o socorro a Arzila e ao seu cunhado D. Vasco Coutinho, cercado pelo rei de Fez⁴⁰. Para o demover, D. João requisitou reforços ao vizinho reino de Castela, mais concretamente ao conde D. Pedro Navarro e aos seus três mil e quinhentos soldados que se encontravam em Gibraltar⁴¹.

Uma passagem na crónica de Damião de Góis sublinha a importância da manutenção de Arzila na estratégia manuelina para o Norte de África, relatando como o rei, após ter notícia do cerco, partiu para o Algarve difundindo pelo país o chamamento à guerra. Era sua intenção passar aos lugares de África. Só a notícia da vitória de D. João de Meneses o demoveu desta sua ideia, limitando-se a enviar mantimentos, munições e oficiais para o reforço da fortaleza. Chegado este auxílio, D. João partiu para o Reino onde foi recebido pelo monarca que o premiou pela desenvoltura com que mais uma vez o servira. Decorria então o ano de 1508⁴².

Por fim, em 1513, D. João atingiu o auge da sua realização histórica ao participar na armada do duque de Bragança que ia a Azamor. Fora nomeado número dois da armada com totais poderes de comando, caso o duque viesse a falecer⁴³. Este estatuto tinha-o em detrimento de outros fidalgos cuja nobreza exaltava em títulos sonantes. De facto, a armada possuía nomes como o de D. Rodrigo de Melo, conde de Tentugal; D. Fernando de Farão; D. Afonso, filho herdeiro do conde de Odemira; D. Vasco Coutinho, conde de Borba; D. Bernardo, seu filho; D. Francisco de Portugal, filho do bispo de Évora, que depois veio a ser conde do Vimioso; D. Luís e D. Henrique de Meneses, filhos do conde de Tarouca; entre outros⁴⁴.

O desempenho de D. João de Meneses teve reciprocidade com a nomeação que trazia do Reino. Encontramo-lo a liderar o ataque às primeiras posições dos mouros de Azamor, assumindo nos restantes trabalhos bélico um papel de suma importância⁴⁵. Homem de guerra, foi também consultado por D. Jaime sobre a paz.

Ainda mal conquistada Azamor, o duque apressou-se no regresso ao Reino, queixando-se duma ferida impeditiva. Entregou o exército a D. Francisco de Portugal, deixando ao número dois da armada o cargo de capitão do campo. D. João de Meneses ficava agora com a difícil tarefa de sustentar a conquista com mil e oitocentos homens⁴⁶. Para lá dos parcos meios, foi obri-

³⁸ Cf. Durval Pires de Lima, *op. Cit.*, pp. 25-26.

³⁹ Cf. *Crónica*, vol. II, cap. xxviii.

⁴⁰ Cf. *Anais de Arzila*, vol. I, cap. iv.

⁴¹ Cf. *Crónica*, vol. II, caps. xxviii, xxix. *Anais de Arzila*, vol. I, cap. iv.

⁴² Cf. *Crónica*, vol. II, cap. xxix. *Anais de Arzila*, vol. I, cap. v.

⁴³ Cf. *Crónica*, vol. III, cap. xlvi.

⁴⁴ Cf. *Crónica*, vol. III, cap. xlvi.

⁴⁵ Cf. *Crónica*, vol. III, cap. xlvi.

⁴⁶ Cf. Durval Pires de Lima, *op. Cit.*, p. 46. Numa carta ao rei D. João de Meneses queixa-se dos quantitativos militares que lhe foram deixados, escrevendo «e histo tudo ainda que fosse

gado a lidar com o poder de outros capitães que ficaram em Azamor, dos quais se destaca Rui Barreto que ficava com a jurisdição da cidade ⁴⁷.

No ano de 1514, D. João de Meneses enfrentou pela última vez as forças do rei de Fez e de Mequinez. Ao lado de Nuno Fernandes de Ataíde ⁴⁸, com quem disputou o comando das acções e a glória da batalha ⁴⁹, encerrou o seu capítulo com uma intervenção militar desastrosa que custou a vida a muitos fidalgos, entre as quais a do seu sobrinho D. Garcia de Meneses, filho do conde de Cantanhede ⁵⁰.

Corrompido pelas derrotas e vitórias, D. João adoeceu em Azamor, onde morreu a 15 de Maio de 1514 ⁵¹. Segundo os *Anais de Arzila*, D. Manuel, ao ter notícia da convalescência do seu capitão, mandou-o visitar com palavras de reconhecimento, enviando-lhe o título de *conde de Aljasur* ⁵². À qual visitação parece D. João ter respondido com um vilancete, que se pode ler no cancionero de Garcia de Resende. A sua mensagem resume-se a um tarde de mais ⁵³. Refira-se que esta intenção do monarca não é corroborada por nenhuma outra fonte. No entanto, parece-nos que o título pouco ou nada alte-

verdade seria muy pouca gente.» Cf. Carta de D. João de Meneses ao rei, Azamor, 1.12.1513. *Documentos do corpo chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, [edição coordenada, revista e prefaciada por António Baião], 1925, p. 61.

⁴⁷ Cf. *Crónica*, vol. III, cap. xlviii. A relação de D. João e Rui Barreto revelar-se-á complicada devido à interferência de poderes, situação que D. João previra, escrevendo ao rei: «Item Vosa Alteza me encomenda Ruy Barreto (...) e creio que ele de my se avera por satisfeito porem creia Vosa Alteza que nam podem estar tantos capitaeis numa cidade.» Cf. Carta de D. João de Meneses ao rei, Azamor, 1.12.1513. *Documentos do corpo chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, p. 63.

⁴⁸ Sobre este capitão veja-se o trabalho de André Teixeira, «Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim» in *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 159-206.

⁴⁹ Também com Nuno Fernandes de Ataíde, D. João de Meneses viveu algumas fricções, escrevendo em Dezembro de 1513 que «pareceme que se podera mall comprir o que Vosa Alteza mande de me ajuntar com Nuno Fernandes». Na mesma carta D. João confessa ao rei que «eu não tenho que fazer senam guardar os muros alheios emquanto hy há algum perigo e depois da obra acabada e a cydade segura e os enxovios camdados de se guardarem vira tempo de se fazerem algumas cousas o qual lograra Rui Barreto ou que vier e eu ficarey por omem que não sabia fazer quamdo qua estava.» Cf. Carta de D. João de Meneses ao rei, Azamor, 9.12.1513. *Documentos do corpo chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, p. 65.

⁵⁰ Cf. *Crónica*, vol. III, cap. xlix, l. *Anais de Arzila*, vol. II, cap. i.

⁵¹ Cf. *Crónica*, vol. III, cap. li. Em carta datada de 30 de Março de 1514, o rei D. Manuel escrevia ao seu capitão para que voltasse para o Reino, cumprindo assim as ordens que o monarca já tinha reiterado anteriormente. O tom da missiva faz-nos acreditar que D. João de Meneses se mostrava renitente em regressar, apesar do rei lhe escrever palavras de amizade como estas: «por nosso serviço folgaremos de vyrdes ho mais em breve que seja posyvel pera nos dardes por vos mais inteira conta de todas as cousas e porque folgamos muito de praticar e fallar com vosco.» Cf. Carta do rei D. Manuel I a D. João de Meneses, 30.3.1514. *Documentos do corpo chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, p. 80.

⁵² Cf. *Anais de Arzila*, vol. II, cap. i.

⁵³ «Tirai-vos lá desenganos/ não venhais/ a tempo que não prestais.» Cf. Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, I, (ed. de Stuttgart), pp. 132-133.

riaria a memória que se tem de D. João, cuja presença nas crónicas é muito mais viva que a do seu irmão, o titulado conde de Cantanhede.

Para lá de guerreiro, D. João de Meneses cumulava outras qualidades entre as quais a de poeta, com numerosas aparições no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, bem ao gosto da vida cortesã.

Se até aqui sublinhamos o percurso pessoal de D. João de Meneses, fizemo-lo apenas para nele integrar os caminhos de tantos outros membros da sua parentela. De facto, D. João está para o Norte de África, como o conde D. Pedro está para o Reino e D. Aleixo para a Índia. Líder da família nesta geografia, D. João introduz-nos os Meneses de Cantanhede nas narrativas coevas, do mesmo modo que os terá iniciado nas prestações bélicas marroquinas. Nas campanhas que fez nos anos de 1495, 1501, 1503, 1508 e 1513 fez-se sempre acompanhar pelos seus sobrinhos. No ataque às aldeias de Alcácer Quibir vemo-lo assessorado por D. João de Meneses, filho do conde de Borba, cunhado do nosso capitão de Arzila ⁵⁴. Na mesma cronologia, encontrámos vestígios da presença de D. Garcia, filho do conde de Cantanhede ⁵⁵, que repete a sua aparição em África em 1513, ao lado do seu irmão D. Aleixo ⁵⁶. No relato do ataque a Alcácer Quibir, as crónicas mencionam um outro D. João de Meneses, que possuía a *sui generes* alcunha de o *Ladrão*, também ele filho do conde D. Pedro ⁵⁷. A sua estada no Norte de África, logo em 1495 ⁵⁸, foi de todas a mais liberta da influência de seu tio. Os *Anais de Arzila* fornecem-nos notícias da sua morte nesta praça, onde tinha constituído família e assentado património ⁵⁹.

João Rodrigues de Sá de Meneses, filho de uma irmã de D. João, foi com o tio na armada de 1508, onde desempenhou um importante papel no cerco de Arzila. Este João Rodrigues encontrou-se sempre acompanhado por seu primo D. Tristão, filho bastardo de D. Rodrigo de Meneses, e por D. Henrique, o futuro governador da Índia, sucessor de D. Vasco da Gama ⁶⁰.

No rescaldo de Azamor, quando D. João de Meneses enfrentava, porventura, o seu maior desafio militar, ao qual se juntavam a idade e as já muitas batalhas, fez-se socorrer do seu elevado número de sobrinhos. Dois deles não conseguimos entroncar nos nossos estudos genealógicos, mas como são as próprias palavras de D. João de Meneses que o relatam em carta a D. Manuel, não nos restam dúvidas que em Azamor ficaram D. António e D. João de

⁵⁴ Cf. *Crónica*, vol. I, cap. xlviii.

⁵⁵ Cf. *Crónica*, vol. I, cap. xlix.

⁵⁶ Cf. *Crónica*, vol. III, cap. xlvi. Cf. *Crónica*, vol. III, cap. l. D. Aleixo de Meneses foi de novo chamado aos lugares de África para cumprir serviço, agora sobre as ordens de D. João III. Tinha como missão vistoriar os membros que compunham as companhias de ordenanças. Cf. *Anais de Arzila*, vol. II, cap. lxxi.

⁵⁷ Cf. *Crónica*, vol. I, caps. lxx, lxxii.

⁵⁸ Cf. *Crónica*, vol. I, cap. xii.

⁵⁹ Cf. *Anais de Arzila*, vol. I, cap. c.

⁶⁰ Cf. *Crónica*, II, xxvii-xxix. Entre as suas façanhas militares no Norte de África conta-se, também, a sua presença na tomada de Azamor, em 1513. Cf. *Crónica*, vol. III, cap. xlvi.

Meneses, bastardos; os irmãos D. Fernando, D. Simão e D. Tristão de Meneses filhos de D. Rodrigo; assim como os já mencionados D. Garcia e D. Aleixo ⁶¹.

Para concluir usemos da simplicidade contabilística ⁶². Pelas mãos de D. João, o Norte de África conheceu o serviço de dez membros dos Meneses de Cantanhede, excluindo já o filho do conde de Borba, que foi claramente o braço direito do pai. A esta forma clientelar, baseada nos laços de sangue, junta-se uma outra. Rui Garcia e João de Mendonça, que estiveram com D. João no socorro a Arzila, eram homens da sua criação ⁶³, o que dá provas do comportamento típico que norteia os membros da nobreza na condução dos seus negócios quer no Reino, quer no espaço marroquino, quer no Estado da Índia. Neste âmbito, D. João de Meneses é apenas mais um que confirma a regra. Para concluir este ponto, não podemos deixar de referir o concerto sempre perfeito entre D. João e o seu cunhado, o conde de Borba, que muito bem testemunha a orgânica familiar que mediou as relações de poder dos Meneses de Cantanhede.

A biografia de D. João permite-nos ainda reflectir sobre uma outra questão social típica da Expansão na primeira metade do século XVI. Como se sabe, é hoje ponto assente que a classe que construiu o Estado da Índia era maioritariamente composta pela nobreza secundogénita, que se via excluída da sucessão pelo princípio do morgadio, instaurado pela Lei Mental. O que se verifica é que o Norte de África funcionou quase sempre como um primeiro espaço de realização desses nobres, que acabaram por conhecer os mares da Índia. Cinco dos sobrinho que passaram pelas mãos de D. João de Meneses eram secundogénitos e outros quatro eram bastardos ⁶⁴, a quem, por isso, ensinou os caminhos da alternativa social, funcionando como uma espécie de tutor nas artes das armas.

3. O Oriente segundo D. Aleixo de Meneses

Com particular interesse seguimos o percurso de D. Aleixo de Meneses que, depois da aparição em Azamor, no ano de 1513, conduziu-nos para o último espaço do nosso estudo – o Estado da Índia. É através dele que a família de Cantanhede intervém no Oriente nos anos de 1515 a 1521, já que os caminhos dos seus primos e irmão estão a ele associados.

D. Aleixo de Meneses era o quinto filho do conde de Cantanhede, que se consorciara em segundas núpcias com D. Beatriz Soares, como atrás foi dito ⁶⁵.

⁶¹ Cf. Carta de D. João de Meneses a D. Manuel I, Azamor, 5-XII-1513 publ. *In Les Sources inédites de l'Histoire du Maroc*, pp. 450-451.

⁶² Ver quadro – Os Meneses de Cantanhede no Norte de África com D. João de Meneses.

⁶³ Cf. *Crónica*, vol. II, cap. xxviii.

⁶⁴ Apenas João Rodrigues de Sá de Meneses era filho primogénito do casamento de D. Beatriz de Meneses, irmã de D. João, com Henrique de Sá. Ver genealogia.

⁶⁵ Ver genealogia.

Desta progenitura trás todos os benefícios duma classe e uma ligação importante a Lopo Soares de Albergaria ⁶⁶, com quem partiu para a Índia, na armada de 1515 ⁶⁷.

Refira-se que este é o único capítulo indiano na longa carreira de D. Aleixo. No entanto, desde os seus primeiros momentos orientais inscreveu um desempenho dinâmico e sagaz que lhe garantiu a total confiança de seu tio Lopo Soares, que o enviou numa primeira missão a Ormuz, onde deveria recolher novas sobre os rumes ⁶⁸. Relembre-se que o governador trazia como regimento o combate às forças turcas no estreito do Mar Vermelho. Foi com base nas notícias que lhe trouxe o seu sobrinho que o governador determinou confrontar a armada do Sultão ⁶⁹. Entre os capitães que o acompanhavam, D. Aleixo destacou-se por ser o primeiro mencionado nas crónicas, sugerindo o seu estatuto de número dois da hierarquia ⁷⁰. A estes acontecimentos seguiu-se a célebre recusa de Lopo Soares em pelejar os rumes, indo contra a vontade de alguns capitães e do seu Regimento. Nada se sabe sobre a opinião de D. Aleixo nesta matéria, informação preciosa que nos permitiria posicionar esta personagem no «projecto manuelino».

D. Aleixo de Meneses recebeu pela primeira vez os «poderes de governador» para espalhar pela Índia a notícias da boa saúde de seu tio, já que corria o perigoso boato da sua morte ⁷¹. Esta delegação dos poderes do governador na pessoa de D. Aleixo será uma constante tanto na política de Lopo Soares como na de Diogo Lopes Sequeira. Trata-se duma instituição criada pelos capitães-gerais para consignarem as coisas da Índia, aos agentes da sua confiança, contornando muitas vezes as hierarquias estabelecidas pelo monarca. O caso de D. Aleixo é disso exemplo. Em 1517, chegou à Índia António de Saldanha que vinha provido do cargo de capitão-mor do mar, o

⁶⁶ Lopo Soares de Albergaria era tio, por via materna, de D. Aleixo e de seu irmão D. Afonso de Meneses.

⁶⁷ Cf. *Relação das naos e armadas da Índia com os sucessos dellas que se puderam saber, para notícias e instrução dos curiozos e amantes da História da Índia*, Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra, [Ed. Literária de Maria Hermínia Maldonado], [manuscrito existente na British Library, Códice Addington 20902], 1985, p. 30. (Doravante a obra será citada como *Relação*.); *Documentos Sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central – 1497/1840*, vol. IV, Lisboa, National Archives of Rodesia – Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969, pp. 3-4; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, Porto, Lello & Irmãos – Editores, [introdução e revisão de M. Lopes de Almeida], 1975, p. 463. (Doravante a obra será citada como *Lendas*.)

⁶⁸ Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols., Porto, Lello & Irmão – Editores, [introdução e revisão de M. Lopes de Almeida], 1979, liv. IV, cap. iii. (Doravante a obra será citada como *História*). João de Barros e Diogo do Couto, *Da Ásia*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973-1975 [reimpressão da edição de 1777-1788], década III, liv. i, cap. 1. (Doravante a obra será citada como *Ásia*.) *Lendas*, vol. II, pp. 469, 471. *Documentação Ultramarina Portuguesa*, 5 vols., vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, [prefácio de Silva Rego] p. 325.

⁶⁹ Cf. *História*, liv. IV, caps. vii, ix, x. *Lendas*, II, pp. 480-482.

⁷⁰ Cf. *História*, liv. IV, cap. x. *Ásia*, década III, liv. i, cap. 2. *Lendas*, vol. II, p. 488. *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. I, p. 335.

⁷¹ Cf. *História*, liv. IV, cap. xx. *Lendas*, vol. II, p. 502.

que desagradou profundamente Lopo Soares, que confiara esta função ao seu sobrinho⁷². Obrigado a lidar com a decisão de D. Manuel, o governador pluralizou o lugar de número dois na Índia, já que António de Saldanha estava destinado para os assuntos do Mar Vermelho⁷³, remetendo D. Aleixo para as questões de Malaca.

Provido novamente dos «poderes de governador» D. Aleixo partiu para esta fortaleza em Abril de 1518, para concertar as diferenças que haviam entre Nuno Vaz Pereira e António Pacheco, que disputavam a posse da capitania, que o governador mandara entregar a Afonso Lopes da Costa⁷⁴. Enquanto permaneceu em Malaca, D. Aleixo foi sempre obedecido, pedindo-lhe o novo capitão consentimento para as suas acções. Trata-se dum testemunho importante da tenacidade do comando de D. Aleixo, respeitado até pelo experiente e voluntarioso Lopes da Costa⁷⁵.

Perante a transição de poderes entre Lopo Soares e Diogo Lopes Sequeira, o estatuto de D. Aleixo permaneceu intocado, o que de certa forma é mais uma manifestação da forte lógica clânica que orientava a delegação dos cargos⁷⁶. Refira-se, que o quarto governador da Índia era primo co-irmão do conde de Cantanhede⁷⁷.

Antes de partir para Couvão, para dar remate a esta fortaleza, Diogo Lopes Sequeira deixou D. Aleixo por governador para que este acabasse o carregamento das especiarias que deveriam ir nesse ano para Portugal⁷⁸. Diogo Lopes limitava-se a seguir os passos do seu antecessor, que confiara a D. Aleixo essa mesma tarefa, de cuja eficiência dependia o bom funcio-

⁷² Cf. *História*, liv. IV, cap. xxvii. *Lendas*, vol. II, p. 532.

⁷³ Cf. *História*, liv. IV, cap. xxxii. *Ásia*, década III, liv. i, cap. 10.

⁷⁴ Cf. *História*, liv. IV, cap. xxxiii. *Ásia*, década III, i, 9. *Lendas*, vol. II, pp. 523, 537. Sobre este capitão veja-se Pedro Mendes, «Afonso Lopes da Costa ou as ambiguidades de um paradigma», no prelo.

⁷⁵ Afonso Lopes da Costa já investido da capitania de Malaca, pediu autorização a D. Aleixo para fazer uma incursão no rio de Muar, de modo a melhor controlar as investidas do rei de Bintão. Cf. *História*, liv. IV, cap. xlv. *Ásia*, década III, liv. ii, cap. 9.

⁷⁶ No período de governo de Diogo Lopes de Sequeira encontramos na Índia um sobrinho como filho do governador. Henrique de Meneses era filho de sua irmã D. Maria que casara com um Dr. Gonçalo Mendes da Silveira. É interessante notar a adopção do nome de sua avó, D. Cecília de Meneses, em detrimento do nome de seu pai Silveira e do de seu avô Sequeira. (Ver genealogia). Consideramos que este facto se deve ao peso da linhagem dos Meneses de Cantanhede, cujo prestígio nas armas e nos cargos palatinos julgamos ser incontestável. Esse peso pode ajudar-nos a compreender a razão pela qual Diogo Lopes de Sequeira adoptou para seu número dois um sobrinho que lhe vinha do parentesco com o D. Pedro de Meneses, o conde de Cantanhede. Ao seu sobrinho mais próximo, Henrique de Meneses, não pode mais que entregar a capitania de Chaul, já na recta final do seu governo. Cf. *Lendas*, II, pp. 670-671. Com isto, queremos notar que D. Aleixo de Meneses foi premiado com a continuação do exercício de capitão-mor do mar não só pelos laços familiares que tinha com Diogo Lopes de Sequeira, mas também pelo peso da linhagem a que pertencia e quiçá pelo percurso já percorrido.

⁷⁷ Diogo Lopes de Sequeira era filho de D. Cecília de Meneses, tia avó de D. Aleixo. Ver genealogia.

⁷⁸ Cf. *História*, liv. V, cap. xxi. *Lendas*, II, p. 581.

namento da Carreira da Índia e, como tal, dum parte importante da articulação geral dos negócios do rei.

D. Aleixo foi de novo chamado à governança da Índia quando o governador decidiu partir para Judá, onde queria enfrentar os rumes⁷⁹. A partir de Cochim, D. Aleixo tentou solucionar os problemas que iam surgindo, nomeadamente, o levantamento da fortaleza de Couvão. A avaliar pelo número de páginas que este acontecimento ocupa no tempo de acção de D. Aleixo, este improvisado governador dispensou com ele muitas energias, recorrendo à ajuda de seu irmão D. Afonso⁸⁰.

Finalmente, D. Aleixo foi chamado aos assuntos das armas ao ser convocado para a tomada de Diu, que Diogo Lopes Sequeira decidira atacar perante a recusa das autoridades indígenas em darem permissão para a construção dum fortaleza⁸¹. Quando um poder forte precisou de regressar aos demais assuntos do Estado da Índia o governador elegeu de novo D. Aleixo, preferindo dar assistência pessoal à construção da fortaleza⁸².

Uma reflexão sobre as actividades de D. Aleixo na Índia, mais numerosas que estas que relatámos pela sua importância⁸³, permite-nos afirmar que o desempenho de D. Aleixo intensificou-se ainda mais no governo de Diogo Lopes Sequeira. A cumplicidade com este governador é tal, que D. Aleixo encerra a sua participação na Índia quando este regressou ao Reino, em Dezembro de 1521⁸⁴.

Assim como D. João liderou os Meneses de Cantanhede no Norte de África, também D. Aleixo orientou as participações orientais dos seus primos D. Tristão e D. Jorge, filhos de D. Rodrigo de Meneses e de seu irmão D. Afonso. Este último, viajou para a Índia, provavelmente, na armada de 1515, pois encontramos-lo na expedição ao Mar Vermelho com o seu tio Lopo Soares e o irmão D. Aleixo⁸⁵. Foi enviado a auscultar a cidade de Judá, seguindo as ordens de Lopo Soares⁸⁶. Foi sobre a iniciativa directa de Diogo Lopes Sequeira que seguiu para Batalá, onde deveria colmatar os efeitos de um levantamento⁸⁷. No mencionado desacato de Couvão, D. Aleixo requisitou os préstimos de D. Afonso⁸⁸, que voltou a assistir o irmão, na armada que

⁷⁹ Cf. *História*, liv. V, cap. xxiii. *Ásia*, década III, liv. ii, cap. 10.

⁸⁰ Cf. *História*, liv. V, cap. xli. *Lendas*, vol. II, pp. 577-578, 600-602.

⁸¹ Cf. *História*, liv. V, cap. xlv. *Ásia*, década III, liv. iv, cap. 8.

⁸² Cf. *História*, liv. V, cap. li. *Ásia*, década III, liv. iv, cap. 9. *Lendas*, vol. II, pp. 614-615.

⁸³ Nestas páginas não cabe o roteiro completo de D. Aleixo de Meneses na Índia. Não podemos levar à exaustão o relato do seu desempenho, assim como dos familiares que o acompanharam, por se tratar o presente estudo dum avaliação sobre a actuação da família e não do indivíduo.

⁸⁴ Cf. *História*, liv. V, cap. lxxxix. *Lendas*, vol. II, p. 671.

⁸⁵ Cf. *Lendas*, vol. II, p. 488.

⁸⁶ Cf. *História*, liv. IV, cap. xii. *Ásia*, década III, liv. i, cap. 4. *Lendas*, vol. II, p. 494.

⁸⁷ Cf. *História*, liv. V, cap. i. *Lendas*, vol. II, pp. 561, 565.

⁸⁸ Cf. *História*, liv. V, cap. xli. *Lendas*, vol. II, pp. 601-602.

foi de Cochim dar apoio militar à construção da fortaleza. Nesta missão estava acompanhado de seu primo D. Jorge de Meneses⁸⁹.

Chegado à Índia em 1517, na armada de António de Saldanha, D. Tristão⁹⁰ parece ter sido transferido para a tutela de seu primo que o despachou com cartas e presentes de D. Manuel ao rei das ilhas Molucas, numa importante missão de paz, que abarcava a intenção dos portugueses comercializarem o cravo dessa zona⁹¹.

D. Jorge de Meneses assistiu o primo quando, estando em Cochim com poderes de governador, D. Aleixo aceitou socorrer o rei local dos ataques do Samorim de Calecut, que mais uma vez exercitavam as suas lutas internas. D. Jorge de Meneses liderou esta acção o que lhe valeu os aplausos dos cronistas⁹².

Uma quarta figura surge associada aos Meneses de Cantanhede, cujo apelido menos denunciador, Fernão Lopes de Castanheda fazia saber ser filho de Henrique de Sá. De facto, Cristóvão de Sá que a mando de Diogo Lopes de Sequeira comandou uma armada à costa de Chaul, era filho de D. Beatriz de Meneses, irmã do conde de Cantanhede e, como tal, primo co-irmão de D. Aleixo, D. Afonso, D. Tristão e D. Jorge de Meneses⁹³.

⁸⁹ Cf. *Lendas*, vol. II, p. 664. Desconhecemos se D. Afonso de Meneses regressou, em 1521, ao Reino, o que achamos muito provável, pois só voltamos a ter notícias suas em 1525, quando D. Henrique de Meneses, também membro da linhagem dos Meneses de Cantanhede, governava a Índia. Cf. *Lendas*, vol. II, pp. 875, 913, 942, 950, 952. Após a morte de D. Henrique vemo-lo partidário de Lopo Vaz de Sampaio, o que aparentemente se trata da primeira cisão da família Cantanhede pois, segundo Gaspar Correia, D. Simão de Meneses, seu primo, encontrava-se entre os apoiantes de Pêro de Mascarenhas. Cf. *Lendas*, vol. III, pp. 134-135. D. Afonso de Meneses esteve na Índia, pelo menos até, 1533, ano em que governava Nuno da Cunha. Cf. *Lendas*, vol. III, p. 470.

⁹⁰ Cf. *Relação*, p. 32. *Ásia*, década III, liv. i, cap. 10. *Lendas*, vol. II, p. 531.

⁹¹ Cf. *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, 7 vols., vol. IV, Lisboa, Academia das Ciências, 1884-1935, pp. 157-158, 171. (Doravante a obra será citada como CAA.) *História*, liv. V, cap. xlvii. *Ásia*, década III, liv. ii, cap. 9. *Lendas*, vol. II, pp. 536-537, 552. A viagem de D. Tristão às Molucas relevar-se-ia difícil, tendo que conciliar os interesses de D. Manuel I com os dos capitães portugueses e com os das potências locais. Pouco depois, D. Tristão viria a morrer em Malaca. *Ásia*, década III, liv. V, cap. 6.

⁹² Cf. *História*, liv. V, cap. liv. *Ásia*, década III, liv. iv, cap. 16. *Lendas*, vol. II, p. 615. Tal como o seu primo D. Afonso, é provável que tenha regressado ao Reino em 1521, voltando a embarcar para o Oriente como capitão na armada de 1524, onde viajava também D. Henrique de Meneses, que após a morte de D. Vasco da Gama assumiu o comando da Índia. Cf. *Relação*, p. 40. *História*, liv. VI, cap. lxxi. O percurso desta personagem iniciou-se sobre a égide de D. Aleixo, mas estendeu-se por longos anos, feitos pelo exercício da capitania das Molucas e pelo degredo para o Brasil. Sobre D. Jorge de Meneses veja-se o trabalho de Esther Trigo de Sousa, «Capitães portugueses nas Ilhas Molucas» in *Stvdia*, n.º 43-44, pp. 183-281.

⁹³ Nesta missão na costa de Chaul encontrava-se assessorado por D. Jorge de Meneses. Cf. *Ásia*, década III, liv. iii, cap. 8. Achou-se de novo na sua companhia e na de D. Aleixo quando Diogo Lopes de Sequeira preparou uma armada para ir tomar Diu. Cf. *História*, liv. V, cap. xlvi. Cristóvão de Sá optou por outras lutas tornando-se frade da ordem de S. Francisco. Cf. *História*, liv. V, cap. xiv.

Depois do regresso de D. Aleixo ao Reino, estes Meneses de Cantanhede prosseguiram e aprofundaram os seus percurso pessoais. As suas realizações entraram pelo reinado de D. João III adentro, onde encontraram maior expressividade⁹⁴.

D. Aleixo de Meneses afigura-se assim como típico fidalgo quinhentista, secundogénito, com fortes ligações familiares, que soube usar, primeiro em Azamor em 1513, depois na Índia em 1515. Prosseguiu com exemplaridade o triângulo de promoção social, ou seja, o caminho do Norte de África, seguido duma experiência na Índia, para regressar ao Reino com melhoramento de estatuto. A experiência nas armas valeu-lhe o regresso ao espaço marroquino como fronteiro-mor de D. João III, mas foi na diplomacia que ganhou fôlego para o futuro que se adivinhava. Depois da embaixada a Carlos V, tornou-se servidor dum infante, duma princesa, duma rainha e dum rei. A juntar a tudo isto conta-se uma visibilidade internacional que se expressou na sua condição de padrinho do príncipe D. Carlos, neto do Imperador Carlos V⁹⁵.

Construtor do «projecto manuelino» porque agente activo no seu reinado, D. Aleixo foi sobretudo um homem ligado ao Estado Moderno de D. João III.

Destes Meneses de Cantanhede subsiste a ideia duma orgânica clânica tenaz e eficiente, que se soube relacionar com outras famílias e até mesmo com outra nobreza titular, tornando-se assim mais uma peça no comum jogo de interesses, submetido às regras sociais de Quinhentos, cujo último mediador era o rei. De tudo isto subsiste um estudo tridimensional que, em última análise, integra os Meneses no todo da política manuelina.

Um breve levantar do véu sobre os anos que se seguiram à morte do *Venturoso*, permitiu-nos vislumbrar um clã Cantanhede ainda mais vigoroso no Estado da Índia, com quase uma quinzena de membros, entre os quais um governador, D. Henrique, o *Roxo*, que foi uma espécie de continuador do papel de D. Aleixo⁹⁶.

Esta realização do potencial da família Cantanhede no reinado de D. João III sugere uma maior sintonia com o projecto expansionista deste rei. De facto, alguns elementos permitem-nos afirmar a neutralidade destes Meneses quanto aos ideais cruzadísticos, que nortearam as políticas de D. Manuel aplicadas ao Estado da Índia e que encontraram em Afonso de Albuquerque o seu melhor executor⁹⁷.

⁹⁴ Não nos alongamos mais na participação destes Meneses na construção do Estado da Índia, por terem sido estudados pelos meus colegas Cátia Carvalho, Marta Furtado, Pedro Urbano e Tiago Valente «Os Meneses de Cantanhede na Construção Política do Império de D. João III» comunicação apresentada no congresso *D. João III e o império*, realizado em Lisboa e Tomar, nos dias 4 a 8 de Junho de 2002.

⁹⁵ *Biblioteca Lusitana*, vol. I, pp. 86-88.

⁹⁶ Veja-se João Paulo Oliveira e Costa, «A estrutura de comando do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses» in *D. João III e Império*, Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III, Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002, no prelo.

⁹⁷ Cf. Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1998, pp. 180-181.

Cheia de significado está a data em que os Meneses conheceram pela primeira vez o Índico. Embarcaram na aventura oriental no ano de 1515, com Lopo Soares de Albergaria, que deu azo aquilo que se considera ser um interlúdio na política cruzadística ⁹⁸. Em 1518, quando Diogo Lopes Sequeira ⁹⁹ inaugurou o seu governo, em cujo estilo se reconhece algumas características de Albuquerque, os Meneses permaneceram intocados nos seus cargos, o que nos parece ser fruto da orgânica que orientava as parentelas, já que Diogo Lopes Sequeira estava associado a esta família. Continuamos, assim, sem encontrar nos Meneses sinais de consciência da execução dum plano imperial medievalizante e mais um testemunho da eficiência da lógica familiar nas relações de poder.

Outro sinal importante que nos apontou a palavra neutralidade chegou-nos da pouca visibilidade do conde D. Pedro que prima pela palidez das suas acções. Por outro lado, o afastamento de D. Jorge de Meneses, o herdeiro da casa, aprofundou ainda mais as nossas suspeitas.

Só D. João, com as suas acções marroquinas e com a importância do seu cargo, manifesta uma clara proximidade com o monarca, o que não é sinónimo de compreensão e apoio da sua política oriental. O Norte de África era um assunto demasiado unânime para nos indicar desistências ou apoios.

Depois de termos posto à prova a solução da neutralidade, considerámos ainda a hipótese dum aliança àqueles que faziam oposição aos ideais projectados por D. Manuel. Um único indício surgiu nesse sentido, ligado mais uma vez a questões de parentesco. De facto, os Meneses de Cantanhede encontravam-se duplamente ligados ao segundo barão do Alvito ¹⁰⁰, tido como líder da oposição a Afonso de Albuquerque e ao que este representava na Índia.

D. Rodrigo de Meneses, irmão do conde de Cantanhede, era cunhado de D. Diogo Lobo. No entanto, D. Tristão e D. Jorge de Meneses estavam, numa primeira instância, isentos desta influência, já que eram filhos bastardos de D. Rodrigo. D. Simão de Meneses, pelo contrário, era sobrinho direito por via materna do barão, mas só embarcaria para a Índia em 1524, quando D. João III procurava já novos sentidos de governação. Também D. Aleixo e D. Afonso de Meneses eram sobrinhos de D. Diogo Lobo, já que sua mãe D. Beatriz Soares de Melo era sua prima co-irmã ¹⁰¹.

No entanto, do percurso geral dos Meneses de Cantanhede, mais do que uma definição concreta em relação ao monarca, ou aqueles que apoiaram, ou não, os seus planos expansionistas, sobressai uma coesão familiar que se arrastou pelos espaços do domínio português.

⁹⁸ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700 – Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, 1993, p. 101.

⁹⁹ Sobre este governador e a sua política veja-se o trabalho de Ronald Bishop Smith, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, [s.n.], 1975.

¹⁰⁰ Veja-se o trabalho de Alexandra Pelúcia intitulado «A Baronía do Alvito e a Expansão Manuelina no Oriente», na presente obra.

¹⁰¹ *Ibidem*.

Resta-nos a expressão dum última ideia. Apesar do tema centrar-se na Alta Nobreza, os protagonistas naturais deste estudo não foram possuidores de títulos, o que nos diz muito sobre as características sociais dos construtores do Estado da Índia na primeira metade do século XVI. Só anos mais tarde, o Oriente se tornaria verdadeiramente apetecível à nobreza titular, que enviou nesta primeira fase as suas linhagens secundárias, responsáveis pelo prolongamento da influência das suas famílias no além Reino.

Os Meneses e os cargos palatinos (D. Afonso V a D. João III)

NOME	CARGO	Reinado
D. Fernando de Meneses	Mordomo-mor da rainha D. Isabel ¹	D. Afonso V
D. Beatriz de Meneses	Aia e camareira-mor da rainha D. Isabel ²	D. Afonso V
D. Beatriz de Andrade	Dama da rainha D. Isabel ³	D. Afonso V
D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto	Camareiro-mor do rei D. Afonso V ⁴	D. Afonso V
D. Telo de Meneses	Mordomo-mor da Rainha D. Isabel ⁵	D. Afonso V
D. Rodrigo de Meneses	Mordomo-mor da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, e guarda-mor do príncipe D. João ⁶	D. João II
D. Isabel de Azevedo	Moça de câmara da rainha D. Leonor, mulher de D. João II ⁷	D. João II
D. João de Meneses	Guarda-mor do príncipe D. Afonso, filho de D. João II e governador da Casa do príncipe D. João, futuro D. João III ⁸	D. João II D. Manuel I
D. Leonor de Meneses	Dama da rainha D. Leonor, mulher de D. João II ⁹	D. João II
D. Joana de Meneses	Dama da rainha D. Catarina ¹⁰	D. João III
D. Aleixo de Meneses	Mordomo-mor da rainha D. Catarina, da princesa D. Maria e aio do rei D. Sebastião ¹¹	D. João III

¹ D. Fernando de Meneses era avô de D. Pedro, conde de Cantanhede. Cf. *Brasões*, vol. I, p. 113. *História Genealógica*, vol. XII, part., II, p. 280.

² D. Beatriz era filha de D. Martino de Meneses e de D. Teresa Coutinho e, como tal, tia-avó de D. Pedro, conde de Cantanhede. Cf. *Brasões*, vol. II, pp. 49-50. Humberto Baquero Moreno, *op. Cit.*, vol. II, p. 1047.

³ D. Beatriz de Andrade casou com D. Fernando de Meneses, sendo avó de D. Pedro, conde de Cantanhede. Cf. *Pedatura*, tomo II, vol. 2, p. 337.

⁴ D. Álvaro de Castro, primeiro conde de Monsanto era pai de D. Leonor de Castro, que casou com D. Pedro, conde de Cantanhede. Cf. *História Genealógica*, vol. V, p. 180.

⁵ D. Telo de Meneses era segundo filho de D. Fernando de Meneses, senhor de Cantanhede e, como tal, tio de D. Pedro, conde de Cantanhede. Cf. *História Genealógica*, vol. XII, part. II, p. 280.

⁶ D. Rodrigo de Meneses era terceiro filho de D. João de Meneses, senhor de Cantanhede e, como tal, irmão de D. Pedro, conde de Cantanhede. Cf. *Brasões*, vol. III, p. 146.

⁷ D. Isabel de Azevedo casou com D. Rodrigo de Meneses, terceiro filho de D. João de Meneses, senhor de Cantanhede e, como tal, irmão de D. Pedro, conde de Cantanhede. Cf. *Pedatura*, tomo II, vol. 2, p. 356.

⁸ D. João de Meneses, era segundo filho de D. João de Meneses e, como tal, irmão de D. Pedro, conde de Cantanhede. *História Genealógica*, vol. V, p. 83.

⁹ D. Leonor de Meneses ou D. Leonor de Castro era filha de D. Fernando de Meneses, o Roxo, filho de D. Fernando de Meneses, senhor de Cantanhede e, como tal, tio de D. Pedro, conde de Cantanhede. D. Lenor era irmã de D. Henrique de Meneses, o Roxo que foi governador da Índia. Cf. *Pedatura*, tomo II, vol. 2, p. 363.

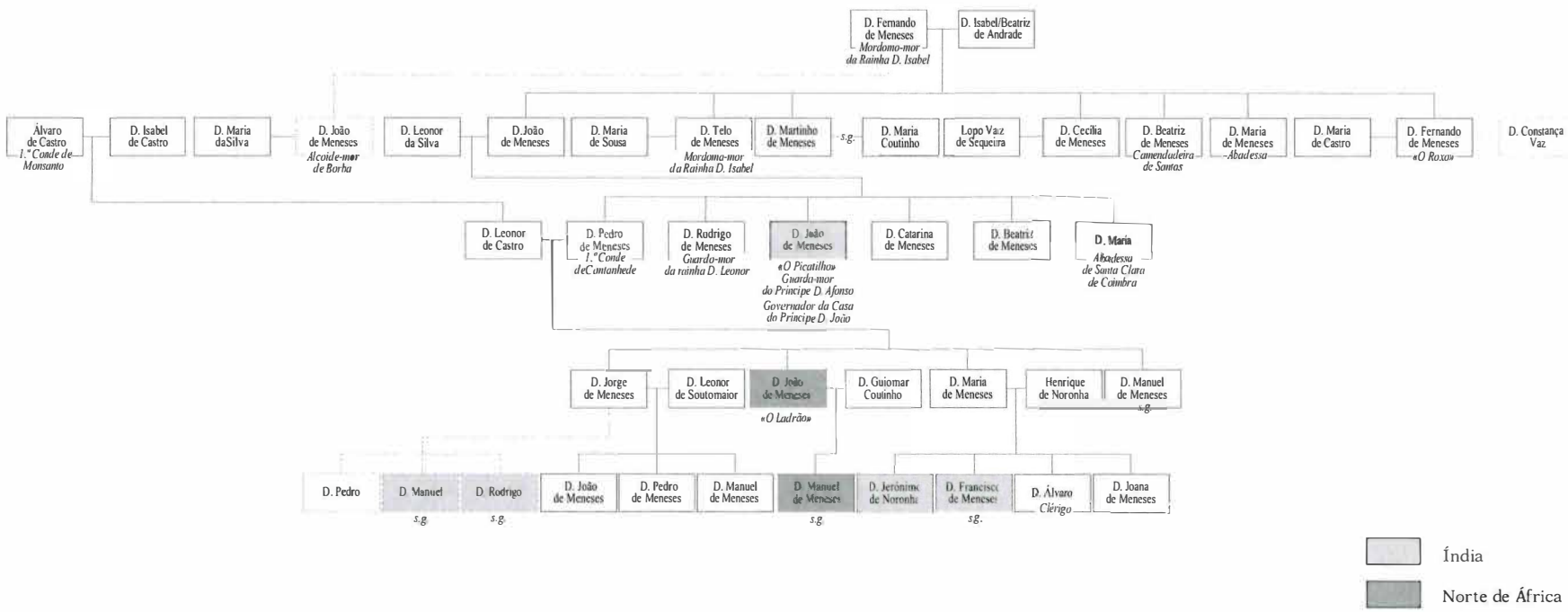
¹⁰ D. Joana de Meneses era filha de D. Henrique de Meneses, o Roxo, que foi governador da Índia e era primo co-irmão de D. Pedro, conde de Cantanhede. Cf. *Pedatura*, tomo II, vol. 2, p. 365.

¹¹ D. Aleixo de Meneses era quinto filho de D. Pedro, conde de Cantanhede, fruto do seu segundo casamento com D. Brites Soares. Cf. *História Genealógica*, vol. XII, part. II, p. 23. *Brasões*, II, p. 142.

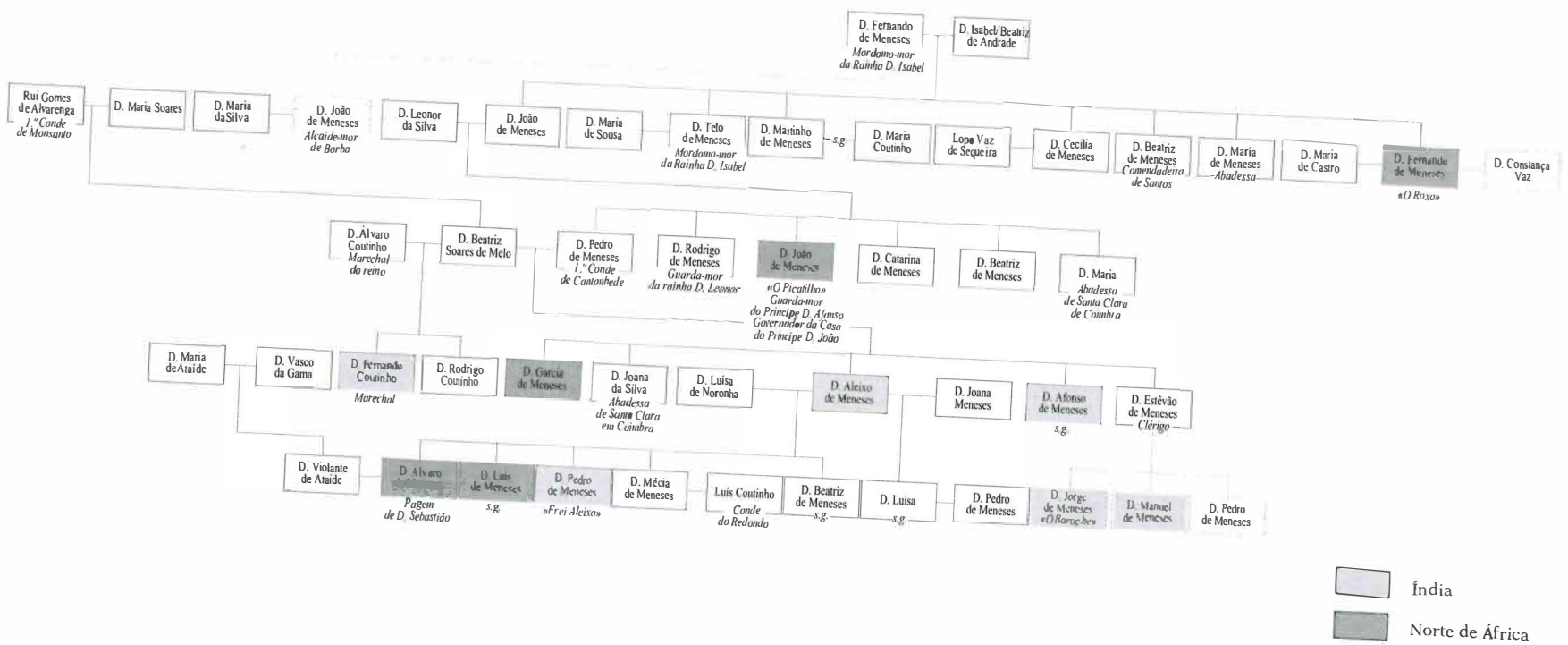
Os Meneses de Cantanhede no Norte de África com D. João de Meneses

NOME	DATA	LUGAR	PARENTESCO
D. João de Meneses	1501	Ataque à s aldeias de Alcácer Quibir	Sobrinho de D. João, filho de sua irmã D. Catarina de Meneses e de D. Vasco Coutinho, conde de Borba.
D. Garcia de Meneses	1501	Tânger	Sobrinho de D. João, filho do conde de Cantanhede.
	1503	Azamor	
	1513	Azamor	
	1513/1514	Rescaldo de Azamor	
D. João de Meneses, o ladrão	1495	Ataque ao alcaide de Tetuão	Sobrinho de D. João, filho do conde de Cantanhede.
	1503	Azamor	
João Rodrigues de Sá de Meneses	1508	Azamor	Sobrinho de D. João, filho de D. Beatriz de Meneses e Henrique de Sá
	1508	cercos de Arzila	
	1513	Azamor	
D. Henrique de Meneses	1508	Azamor	Filho bastardo de D. Fernando de Meneses que era primo co-irmão de D. João.
	1508	cercos de Arzila	
D. Tristão de Meneses	1508	Azamor	Sobrinho de D. João, filho bastardo de D. Rodrigo de Meneses.
	1508	cercos de Arzila	
	1513/1514	Rescaldo de Azamor	
D. Aleixo de Meneses	1513	Azamor	Sobrinho de D. João, filho do Conde de Cantanhede
	1513/1514	Rescaldo de Azamor	
D. António de Meneses	1513/1514	Rescaldo de Azamor	Sobrinho de D. João, bastardo.
D. Fernando de Meneses	1513/1514	Rescaldo de Azamor	Sobrinho de D. João, filho de D. Rodrigo de Meneses e de D. Isabel de Sousa.
D. João de Meneses	1513	Rescaldo de Azamor	Sobrinho de D. João, bastardo.
D. Simão de Meneses	1513	rescaldo de Azamor	Sobrinho de D. João, filho de D. Rodrigo de Meneses e de D. Isabel de Sousa.

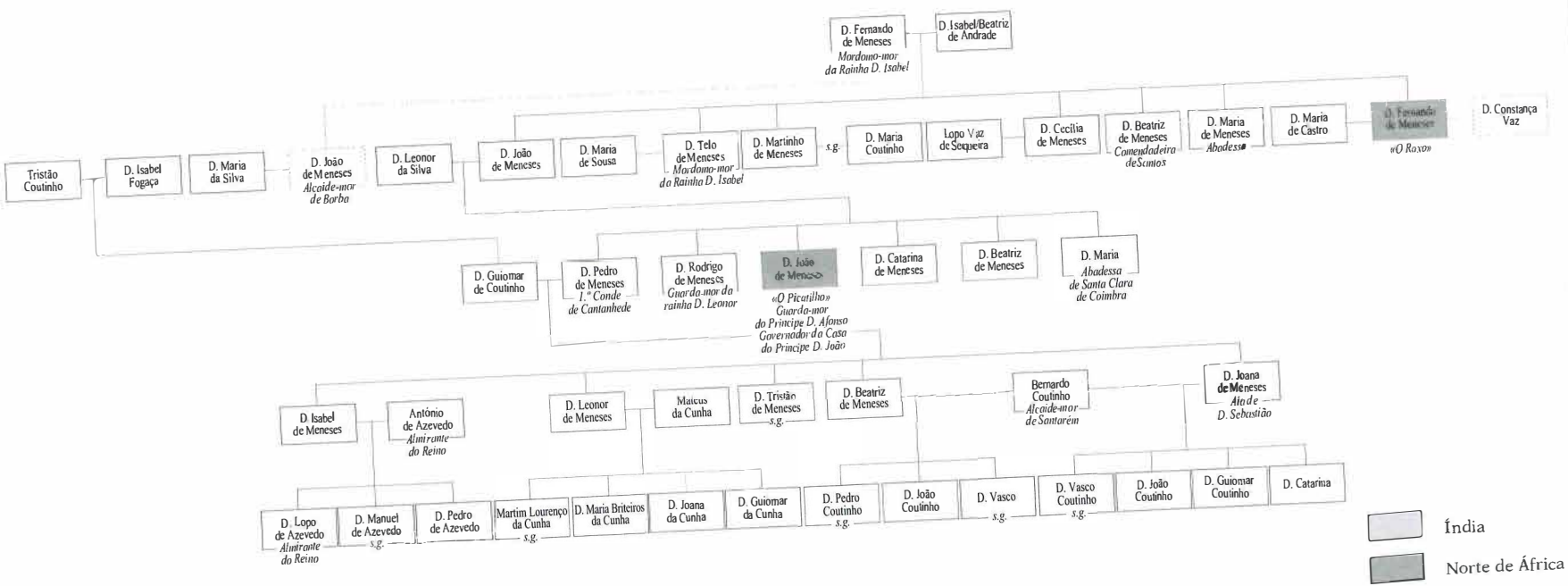
1.º casamento de D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede



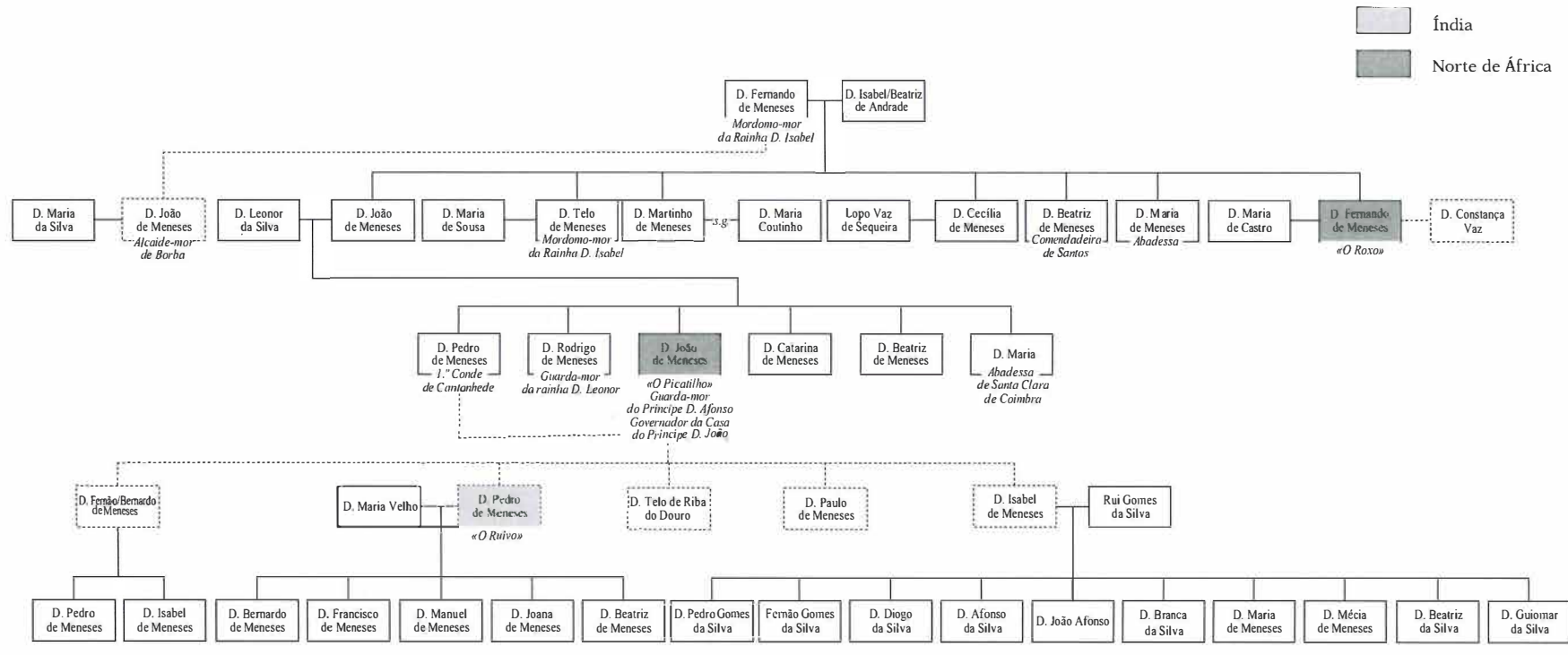
2.º casamento de D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede



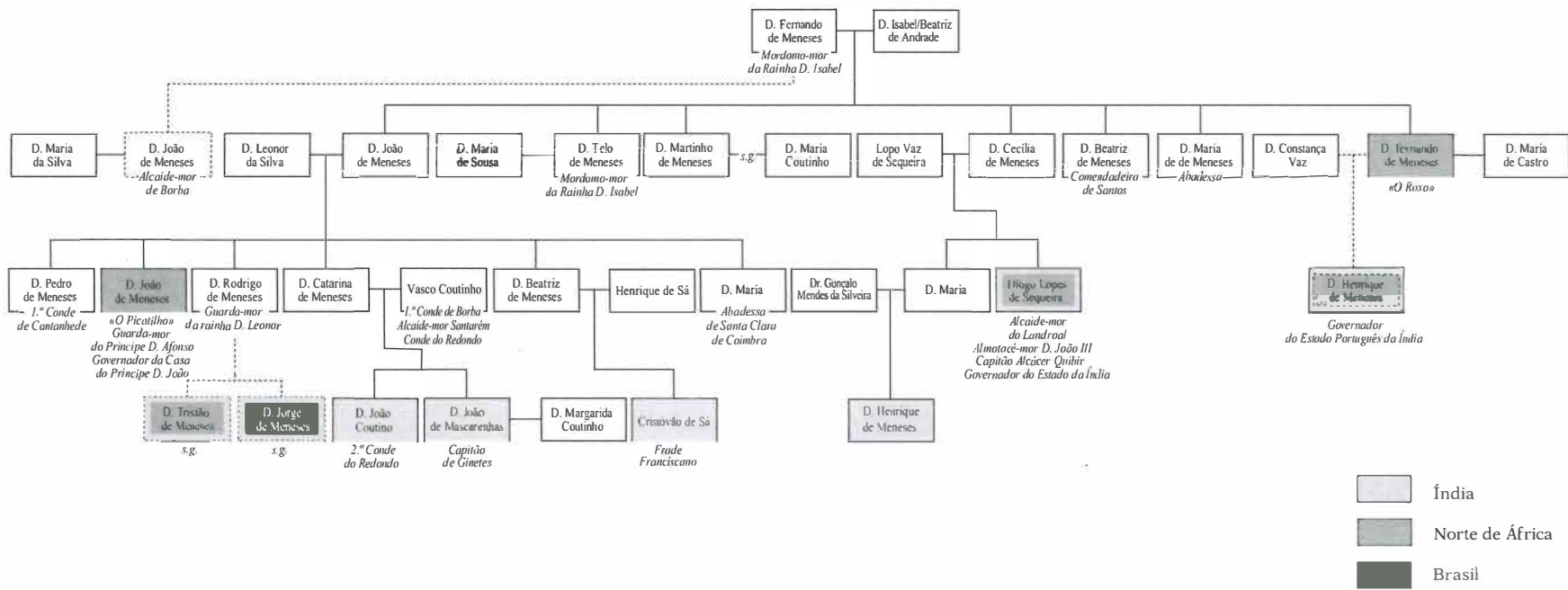
3.º casamento de D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede



Descendência bastarda de D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede



Genealogia dos Meneses de Cantanhede que estiveram na Índia e no Norte de África no reinado de D. Manuel I



Os Meneses de Cantanhede e os Coutinhos

